

CATEQUESE ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA

Marcos Jorge¹

Elizabeth Ávila²

Resumo:

O objetivo deste artigo é apresentar uma experiência de inclusão de portadores de deficiências mentais em uma comunidade religiosa na cidade de Londrina, região norte do estado Paraná. Denominada aqui de Catequese Especial, tratou-se de uma ação evangelizadora realizada no interior de uma igreja de denominação católica com portadores de deficiências mentais. O projeto, que teve a duração de cinco anos com cinco turmas anuais, permitiu o desenvolvimento de uma ação pedagógica com objetivos de evangelização e catequese, onde todos catequizados obtiveram sucesso. Também foi possível uma ação conscientizadora junto aos pais dessas crianças no sentido de permitir que seus filhos pudessem participar do projeto. Avaliamos a Catequese Especial como experiência significativa pois permitiu uma inclusão relativa e positiva das turmas nas atividades religiosas e sociais da comunidade local.

Palavras-chave: Educação Especial. História da Educação - Paraná. Inclusão.

SPECIAL CATECHESIS: AN INCLUSIVE EXPERIENCE

Abstract:

The aim of this paper is to present an experience of inclusion of individuals with mental disabilities in a religious community in the city of Londrina, north Paraná state. Called here Special Catechesis this was an evangelizing held inside a Catholic Church with the mental disabilities people The project, which five years and five classes per year, allowed the development of a pedagogical action with goals of evangelization and catechesis, where all people were successful. It was also an action to raise the consciousness among parents of these children in order to allow their children could participate in the project. Special Catechesis was evaluated for us as significant experience because it allowed a relative and positive inclusion of the classes in religious and social activities of the local community.

Keywords: Special Education. History of Education - Paraná. Inclusion.

¹Pedagogo, Mestre e Doutor em Educação (Filosofia e História da Educação) pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente na Universidade Estadual Paulista – Julio de Mesquita Filho (UNESP) – Bauru.

² Pedagoga e Especialista em Educação Especial pelo Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Introdução

É tarefa urgente para a sociedade brasileira a questão da inclusão, no sistema público ou privado de ensino, dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE).

Historicamente segregados do convívio social mais amplo (incluindo a vida escolar regular) os portadores de deficiências (físicas e/ou mentais) tiveram formalmente assegurado seu direito de acesso e permanência à educação a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e outros documentos de abrangência mundial (Carta da ONU, de 1948 e Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990) que afirmaram o direito universal de todas as crianças à educação, porém sem especificar aquelas portadoras de deficiências.

O Brasil formalizou suas responsabilidades para com a inclusão dos PNEE com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 que afirma, entre outras obrigações, ser a rede regular de ensino o *locus* preferencial para a escolarização dos PNEE. A LDB também define a organização da educação especial que, devido a suas particularidades, deve refletir e produzir currículos, métodos e técnicas específicas para o atendimento dos PNEE, e estabelece, ainda, para os professores que atenderão a clientela em classes regulares, cursos de formação e especialização (SOUZA e SILVA, 1997).

Passados doze anos da vigência da LDB, as políticas de inclusão mostram resultados tímidos, para além de seu caráter fragmentado e descontínuo. Sabe-se que os inúmeros problemas estruturais que o sistema educacional brasileiro vem acumulando ao longo das décadas, se já dificultam manter a clientela tradicional, tornam ainda mais custoso incorporar os PNEE às classes regulares, muito embora alguns autores afirmem outras variáveis intervêm para o relativo fracasso da dinâmica da inclusão escolar, uma vez que:

as barreiras para a inclusão escolar podem estar relacionadas às pessoas direta ou indiretamente envolvidas, à ausência de recursos financeiros e materiais, à falta de conhecimento e informação e às características do próprio contexto (GOMES e BARBOSA, 2006, p. 87).

Dessa forma, para colocar o Brasil no patamar das sociedades que já consolidaram com relativo sucesso políticas educacionais inclusivas, é necessário um longo trabalho de conscientização da sociedade em geral, para mudar a mentalidade ainda carregada de preconceitos, e, ao mesmo tempo, um empenho significativo na formação, qualificação e treinamento permanente dos profissionais da educação, em especial os professores, ou seja, uma intervenção sistemática na estrutura social e nas práticas de sala de aula.

Dos muitos fatores apontados como problemáticos para a efetivação real de uma política educacional inclusiva, o estudo de Ferreira (2007, p. 549) ressalta que “foi recorrente a queixa de que a instituição escolar, frequentemente, não vem cumprindo seu papel. Encontra-se completamente dissociada do mundo contemporâneo e da vida atual”. Esse descompasso observado no interior da escola, entre os reclamos urgentes da sociedade e a sua dinâmica burocrático-profissional, torna-se mais grave quando se verifica que o professor, um dos atores mais importante do processo de inclusão, está completamente despreparado para a tarefa de receber o aluno especial na classe regular. Situação semelhante se coloca para outros profissionais, como os supervisores e diretores (FERREIRA, 2007).

Ao observar uma escola que oferece atendimento aos PNEE em classes regulares e verificar as contradições de seu cotidiano diante de uma tarefa tão complexa, Ferreira (2007, p. 557) conclui seu estudo afirmando que, a despeito das inúmeras dificuldades observadas, é preciso manter a “crença de que trabalhar, inovar e ousar implementar a inclusão, numa perspectiva inclusiva, não é missão impossível”.

A problemática da inclusão extrapola a dimensão escolar e se coloca perante toda a sociedade. Se a escola é uma instituição de grande importância para a socialização, além do aspecto educacional e cultural torna-se necessário ampliar as políticas inclusivas para outros espaços societários, tais como os clubes, as áreas de consumo e lazer, universidades, sindicatos, associações e as igrejas.

No âmbito das religiões ainda é tímida a reflexão sobre as relações entre as igrejas e a pessoa com deficiência. Se por um lado a religião deixou para trás o discurso do castigo ou da sina, por outro ainda não conseguiu estabelecer uma interlocução sólida com entidades, universidades ou organizações não-governamentais a respeito da inclusão. Sabe-se que, atentas aos novos tempos, as religiões assumem um discurso a favor das políticas inclusivas e paulatinamente promovem ações em suas comunidades.

Assim, no Brasil a Igreja Católica dedicou a Semana da Fraternidade de 2006 ao tema dos portadores de deficiências, refletindo uma preocupação contemporânea do clero católico com a questão da inclusão, que entende a deficiência como uma “realidade, como a alegria e a tristeza, a saúde e a doença. Faz parte da vida. O essencial, contudo, é que deficiência não é assimilável à pessoa. A pessoa é muito mais do que qualquer deficiência que ela possa ter” (CIÊNCIA E FÉ, 2008).

Dessa forma, a Igreja Católica se mobiliza para intervir no debate a respeito da inclusão, observando entretanto que outras religiões também o fazem, seja no interior de suas comunidades ou em movimentos ecumênicos, como o movimento Fé e Luz.

Este trabalho pretende apresentar uma experiência de cunho pedagógico, desenvolvida no interior de uma igreja católica no município de Londrina. Trata-se de um projeto educacional ao qual chamou-se Catequese Especial.

Entende-se previamente por Catequese Especial algumas práticas pedagógicas e educacionais, com fins definidos pelo Catecismo da Igreja Católica, destinadas exclusivamente aos portadores de deficiência mental, por meio de uma pedagogia adequada, com a finalidade de educá-los na fé e contribuir para a sua inclusão social.

Para os cristãos, estar catequizado é fundamental para a vivência espiritual, segundo o Catecismo da Igreja Católica (1993, p.14),

catequese é o conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos (...) é uma educação permanente de fé das crianças, dos jovens e dos adultos, a qual compreende o estudo da doutrina cristã, ministrada de uma maneira sistemática, com o fim de os iniciar na plenitude da vida cristã.

De acordo com Omote (1999), a história demonstra que houve conquistas e avanços na sociedade em relação à melhoria na qualidade de vida e na aceitação dos portadores de deficiências, embora o autor saliente que ainda há um longo percurso em direção a uma conquista plena do direito à vida “digna e integral”.

Em relação ao sistema escolar, o pesquisador observa que, paulatinamente, crianças e jovens portadores de deficiências foram conquistando o direito à educação escolarizada e passaram a frequentar aulas em classes com alunos não deficientes.

É certo que uma mudança em relação à problemática da deficiência não acontece de um momento para o outro, ou pela promulgação de leis. Trata-se de um processo lento e gradativo, no qual vai emergindo uma nova visão de humanidade e de sociedade, que por sua vez, obriga a repensar as formas de inserção das pessoas nesse mundo. Dessa forma, em relação aos portadores de deficiências, o conceito de inclusão torna-se central para que se promova a aceitação, o respeito e a inserção plenas desses sujeitos na sociedade. Essa dinâmica realiza-se a partir de:

uma nova visão de mundo e de homem, um novo paradigma capaz de valorizar e respeitar efetivamente a diversidade, de tal maneira que

quaisquer pessoas com as mais variadas diferenças, em relação à média da população ou a padrões de normalidades estabelecidos por outros critérios, em termos de condições anátomo-fisiológicas, psicossociais, sócio-econômicas e etno-culturais, encontrem oportunidade de uma vida digna e mais plena possível, dentro das fronteiras impostas pela realidade da limitação eventualmente por tais condições ou a elas inerente. (OMOTE, 1999, p.6)

Assim, a inclusão é uma dinâmica que se realiza no plano cultural, com a mudança das mentalidades. Mas, também e principalmente, nos âmbitos do cotidiano e da política, estabelecendo um ordenamento social e jurídico com a promulgação dos direitos dos portadores de deficiências e deveres do Estado, para assegurar a garantia de que essa inclusão possa ser realmente exercida.

É fundamental que se garanta o direito ao estudo, ao trabalho, à casa, à superação de todas as barreiras encontradas, não só as físicas (arquitetônicas) mas, com mais urgência, as barreiras culturais. A pesquisa científica é chamada a garantir todas as formas possíveis de prevenção e tratamento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para os portadores de deficiências e possibilitando-lhes realizar plenamente suas potencialidades.

1 - O Exercício da Catequese

Nas diversas épocas e em todas as sociedades, encontram-se manifestações religiosas e o culto a um ser superior, de designações variadas. Isso parece intrínseco à história humana. As sociedades ocidentais modernas, que se formaram em oposição à ordem feudal, apesar de romperem politicamente com a Igreja Católica, mantiveram grande parte da sua cultura fortemente influenciada pelo catolicismo.

A doutrina espiritual do catolicismo está presente e, por meio de seus representantes, atua em diferentes instituições (educação, mídia, associações comunitárias, sindicatos, família, etc.). Os países latino-americanos em geral, e o Brasil em particular, devido à sua relação histórica com Portugal, receberam e incorporaram, ao longo de sua formação como Estados nacionais, grande influência dos valores cristãos, sendo que, no Brasil, a Igreja Católica, até o advento da República, participava na tomada de decisões do Estado.

Paralelamente à atuação católica, sublinha-se o crescimento de seitas e grupos pentecostais e evangélicos, ocorrido ao longo dos anos 80 e 90, o que alterou o perfil demográfico-religioso no Brasil. Destaca-se, ainda, como uma particularidade brasileira, o fenômeno do sincretismo religioso que, amalgamando as tradições africanas às ocidentais,

transformou-se em mecanismo de resistência à assimilação e dominação da cultura branca, revelando, ainda hoje, a importância das manifestações religiosas como meios de expressão de uma identidade e de auto-afirmação cultural de grandes segmentos sociais, alguns, socialmente excluídos da cidadania plena.

Dado esse conjunto de evidências, parece possível afirmar que o exercício da religiosidade, ao longo da formação social brasileira aparece como um importante componente na construção da identidade nacional, cujos reflexos estão presentes na formação das elites, no cotidiano das camadas menos favorecidas da população, na organização dos movimentos sociais e, infelizmente, constata-se até no uso indevido dos símbolos e manifestações religiosas com fins políticos partidários.

Como toda instituição, a Igreja Católica reage às transformações que ocorrem em função do modelo de desenvolvimento econômico e às suas consequências sociais. Como exemplo dessa reação, cita-se a chamada opção preferencial pelos pobres dos anos 60 ou o movimento de renovação carismática de fins da década de 80.

É nas Encíclicas (cartas que o Papa dirige aos católicos) que se encontram os dogmas oficiais, os regulamentos da Igreja Católica, as normas comportamentais que os católicos devem seguir, bem como o posicionamento da Igreja em relação a temas sociais como o planejamento familiar, aborto, ciência e fé, exclusão social, etc.

A Catequese ou Catecismo é uma dessas normas determinadas pela Igreja para evangelizar os fiéis, cujas diretrizes estão contidas no Catecismo da Igreja Católica, documento oficial sobre a catequização. Para a teologia cristã, Deus intervém na História propondo um projeto de salvação para a Humanidade. O homem, como um ser espiritual, deve se esforçar durante sua passagem terrena para conhecer esse projeto divino que se encontra nas Sagradas Escrituras e, principalmente, vivenciá-lo através da fé. Portanto, a Catequese é a iniciação na fé, com o objetivo de conhecer o Evangelho, assimilar os Mandamentos e os Sacramentos (Batismo, Penitência ou Confissão, Eucaristia, Crisma ou Confirmação, Ordem e Matrimônio), incluindo-se, também, acompanhar as celebrações litúrgicas e sempre buscar o crescimento espiritual.

Em relação à questão dos portadores de deficiências, a literatura registra um relativo nível de sensibilidade por parte dos dirigentes religiosos, o que tem levado a algumas iniciativas nas Igrejas, de vários credos, que procuram participar dos movimentos inclusivos,

realizando trabalhos entre seus membros ou em atividades ecumênicas (SANTOS e JANUÁRIO, 2000).

O Jornal L'Osservatore Romano (2000) registra que para a Igreja católica “a deficiência não é a última palavra da vida”. Ainda, segundo esse porta-voz do Vaticano, a deficiência não significa apenas necessidade, mas estímulo e solicitação e não deve ser interpretada como sina, mas como uma dimensão da pessoa, que merece ser respeitada nessa sua singularidade. Ao se referir às famílias que têm filhos deficientes e aos que partilham a sua experiência, o Papa agradece pelo testemunho que dão com a fidelidade, a fortaleza e a paciência do amor. Ele elogia também as associações e comunidades que atendem a estes portadores, por lhes oferecerem um ambiente adequado para desenvolver as suas próprias capacidades.

Dessa forma, entende-se a Catequese como uma atividade educacional, um momento de aprendizagem da religiosidade, cuja finalidade não se restringe à formação espiritual, porém, à construção de um cidadão cristão. E, nesse sentido, acredita-se poder estender essa dimensão pedagógica à Catequese Especial, pois esta, por meio de processos de aprendizagem adequados, procura transmitir os valores espirituais aos portadores de deficiências mentais, com a preocupação de evangelizá-los e incluí-los na comunidade.

2 - Deficiência e Religião

Santos, M. L. e Januário, R. A. (2000) apresentam o movimento comunitário e ecumênico, chamado “Fé e Luz”, que teve seu início em Lourdes, na França, em 1971.

Trata-se de um movimento que organiza

comunidades de encontro, onde as pessoas com uma deficiência mental, sua família e amigos, especialmente os jovens, se reúnem uma ou duas vezes por mês, para celebrar a vida, rezar e partilhar juntos suas alegrias e dificuldades, num clima de fiel amizade. (FÉ E LUZ, 2008).

Esses encontros buscam levar informações e apoiar portadores de deficiência e suas famílias, oferecendo oportunidade de potencializar suas capacidades, envolvendo também a comunidade local. Os participantes aspiram trabalhar para a unidade de todos os cristãos e a integração dos deficientes, além de criarem e fortalecerem as relações pessoais e compartilharem experiências. Os encontros são realizados em igrejas, comunidades cristãs e

em outras instituições como clubes, escolas, etc. Nas comunidades, os membros encontram-se regularmente, criando laços profundos entre si, partilhando dificuldades e esperanças.

Por sua contribuição ao tema, merece destaque o estudo conduzido por Livoratti & Marquezzine (1997) realizado no município de Londrina – PR. Foi efetuado um levantamento a respeito de como líderes religiosos, católicos e protestantes, percebiam e atendiam o portador de deficiência mental.

O que se notou foi um conhecimento superficial sobre o assunto, por parte de padres e pastores. A pesquisa apontou um índice razoável de incidência de deficiência mental nas famílias desses líderes, assim, inferiu-se que algumas ações inclusivas em igrejas católicas e protestantes do município teriam relação com esse dado. Isto pode indicar que esses líderes teriam interesse em criar um atendimento ao deficiente mental em seus espaços de atuação.

A análise demonstrou que o conhecimento dos religiosos sobre as instituições especiais do município é superficial. Grande parte dos entrevistados reconhecia a existência de uma delas, mas demonstrava um total desconhecimento do trabalho específico e das metodologias utilizadas no atendimento dos portadores de deficiência mental. Um grande percentual desses líderes (80% dos padres e pastores) nunca fizeram encaminhamentos para essa instituição, a porcentagem restante fez referência a encaminhamentos para médicos e escolas especiais.

Em relação ao preconceito, padres e pastores acreditam que este exista na sociedade, mas não se reflete em suas comunidades, e que as ações desenvolvidas por suas igrejas têm total aceitação dos seus membros. Quanto aos portadores de deficiência mental, os entrevistados afirmaram tratar-se de sujeitos carentes, que necessitam de apoio e que deveriam desfrutar dos mesmos direitos que os demais. Ao que parece, a avaliação destas posições demonstrou uma abertura para a inclusão.

Outra proposta saída de um movimento religioso e de caráter inclusivo no município de Londrina é o Projeto FACE - Formação e Apoio à Catequese Especial. Seu objetivo é a formação específica de catequistas, para que estes tenham a oportunidade de conhecer e trabalhar com as pessoas portadoras de deficiência mental, no sentido de melhor proporcionar sua inclusão no ambiente familiar, religioso e na sociedade. Observou-se que, ao atuarem junto às comunidades nos bairros, muitos catequizandos passaram a frequentar as suas paróquias e capelas, não necessitando mais dirigir-se até a igreja central para a catequese.

O Projeto da Catequese Especial

Foi também a vivência do cotidiano religioso que despertou a sociedade para a realidade de parte dos deficientes mentais e de suas famílias que, apesar de fazerem parte das comunidades religiosas, mantinham uma participação muito tímida, embora aparentemente desejassem ocupar um maior espaço dentro da mesma.

Tal percepção em nossa igreja instigou um questionamento em relação à ausência de uma ação mais efetiva para inseri-los no grupo. Uma das questões era: em que medida a falta de profissionais especializados dentro da comunidade religiosa estaria contribuindo para esse isolamento?

Se os pais deixavam de exercitar a sua fé e de participar das celebrações, conseqüentemente, os filhos, portadores de deficiências, estavam privados do acesso aos sacramentos, à primeira comunhão e crisma.

Dessas inquietações originou-se o Projeto da Catequese Especial. Após contatos com os coordenadores da Catequese “convencional” e depois de negociações e concordância da Cúria, iniciou-se os trabalhos da Catequese Especial que perdurou entre 2002 e 2007. Seu principal objetivo seria proporcionar aos catequizandos, denominados “especiais”, condições de vida religiosa idênticas às pessoas consideradas normais, possibilitando sua inclusão e participação ativa no ambiente religioso.

Nessa etapa, foram definidos alguns critérios para o encaminhamento do processo, a saber, ter uma idade mínima de 12 anos e ser participante da comunidade.

Outros objetivos propostos seriam: integrar os catequizandos à comunidade e incluí-los nas missas e festas litúrgicas, bem como despertar sua fé estimulando-os de forma particular para, ao final do ano, receberem os sacramentos; além de oferecer orientação espiritual as suas famílias por meio de encontros, conscientizando-os da importância de sua participação nas missas, acompanhando seus filhos, e em casa, com as orações e tarefas.

O projeto teve início com uma turma de catorze catequizandos especiais, de idades entre 12 e 18 anos. A preocupação central era a formação espiritual, mas também incluí-los na comunidade, integrando-os inicialmente nas celebrações litúrgicas.

Essa possível inclusão começava com a participação desses catequizandos especiais junto com as crianças e jovens da catequese convencional nos rituais da missa. Ao final do ano, onze catequizandos receberam a Primeira Eucaristia e no ano seguinte, compuseram a

primeira turma de Crisma. Os demais, junto aos novatos, formaram a segunda turma de Primeira Eucaristia.

Esse processo se repetiu ao longo dos anos com uma relativa variação no número de catequizandos especiais, sendo que ao final de cada ano, sempre houve a cerimônia do recebimento da Primeira Eucaristia e a confirmação da Crisma.

A Pedagogia da Catequese Especial

A pedagogia da catequese especial abrangia atividades que procuravam atender pontualmente as dificuldades de cada catequizando. Assim, devido às diferentes experiências de contato social dos participantes, um trabalho prévio de conhecimento do grupo era realizado no sentido de estabelecer o ritmo das atividades. Os encontros eram preparados visando as potencialidades do grupo e as atividades propostas vinham ao encontro das habilidades dos catequizandos.

Os conteúdos abordados discutiam sobre a fé, a religião, as orações, sacramentos e mandamentos da Igreja. Entre os temas trabalhado em aula estavam a Quaresma, a Campanha da Fraternidade, os Mandamentos e os Sacramentos.

Dentro das condições de cada momento e das disposições de cada adolescente procurava-se educar com situações vivenciadas pelos catequizandos, na expectativa de que pudessem assimilar e transferir para o seu cotidiano os ensinamentos aprendidos. Eram utilizadas várias estratégias pedagógicas para cada encontro (exposição oral, cartazes, vídeos, revistas, dramatização).

A primeira parte da aula iniciava-se com o sinal da Cruz, com gestos repetidos, para a assimilação por parte dos catequizandos, em seguida eram realizadas as preces e pedidos de bênçãos, finalmente era discutido o tema do dia e, em algumas oportunidades, dramatizava-se parte do conteúdo, pois essa técnica parecia facilitar o entendimento para grande parte dos alunos. A segunda parte era reservada para a leitura da Bíblia e depois eram oferecidas atividades para memorização como, por exemplo, o ritual da Eucaristia. No encerramento, delegava-se uma tarefa de casa, qual seja, uma leitura bíblica para o catequizando efetuar com o apoio da família.

Cada catequizando possuía um caderno para anotações e tarefas a serem realizadas em casa com o auxílio dos pais. Essas tarefas funcionavam como reforço para a assimilação dos conteúdos que eram revistos, discutidos e repassados no encontros seguintes, visando a fixação dos temas abordados.

Os encontros eram diversificados, quase todos realizados com cantos religiosos para incentivar os catequizandos e criar um ambiente pedagogicamente agradável. Tais encontros eram semanais, realizados aos domingos, com duração de 50 minutos e, após esses encontros, as catequistas, os catequizandos e os pais dirigiam-se para a celebração da missa.

Assim, a Catequese Especial sempre procurou seguir uma metodologia na qual os encontros fossem transmitidos numa linguagem simples, com exemplos práticos. Alguns ensinamentos eram transmitidos por meio de ensaios e gestos repetidos (principalmente, gestos cristãos, como sinal da cruz, e posturas de orações).

Por se tratar de uma experiência inédita na comunidade, os critérios para que o catequizando especial se apresentasse preparado para sua Primeira Eucaristia baseavam-se na observação de alguns pontos como, frequência aos encontros, o comportamento em relação à Missa e nas celebrações litúrgicas, sua postura de oração e o relacionamento interpessoal.

Ao término dos encontros, todos caminhavam para participar da celebração da missa. Sentavam em bancos reservados, em frente ao altar, para facilitar a visualização de todas as partes da celebração litúrgica e, em algumas oportunidades, os catequizandos (orientados) participavam do ofertório e da coleta espontânea.

Entendendo que é nas relações vividas em família que se estabelece a fixação dos papéis desempenhados pelos seus membros, a criança aprende a se relacionar com o meio social ampliado, assimilando normas, regras e valores. Por isso, a família é uma das instituições mais importante como mediadora entre a criança e a sociedade. Segundo o Diretório Nacional de Catequese (1998, p.252):

os pais são os primeiros educadores na fé. Assim, todos os membros da família têm uma tarefa ativa, em vista da educação dos membros mais jovens. É dever dos pais e dos filhos zelar pela família, para que a mesma possa radicar-se no contexto de profundos valores humanos. A família foi definida como uma “Igreja doméstica”, isto significa que em toda família cristã devem refletir-se os diferentes aspectos ou funções da vida da Igreja inteira: missão, catequese, testemunho, oração.

O lado positivo de ser pai de uma criança especial é poder receber uma grande parte de crédito nos progressos conquistados pelas mesmas. Há necessidade de que estes pais tenham um saber apropriado e permaneçam atentos aos cuidados com o desenvolvimento de seus filhos, para que estes sintam segurança e proteção diariamente, passando assim a estabelecer e fortalecer os laços de confiança.

Como um processo decorrente da Catequese Especial, e inserido no contexto mais amplo dos projetos inclusivos, foi desenvolvido um trabalho junto aos pais dos catequizandos especiais. Enquanto seus filhos participavam da Catequese Especial, estes recebiam orientações sobre temas morais, éticos e religiosos, que contemplassem matérias que viessem ao encontro das expectativas desses pais, orientando-os quanto às suas dificuldades em relação à deficiência de seu filho.

Os pais conscientes da deficiência e das limitações de seus filhos procuram orientá-los e educá-los de maneira que os mesmos possam receber uma educação contínua na família, na escola e na igreja, tornando-os membros atuantes e participantes da sociedade. Essas e muitas outras preocupações fazem parte do cotidiano dos pais de deficientes mentais. Por isso, o pertencimento a um grupo que os estimule a discutir e serem orientados sobre as questões da deficiência de seus filhos contribui para manter sua auto-estima e confiança. Esta catequese para os pais paralela à Catequese Especial mostrou-se uma iniciativa importante para a inclusão dos portadores de deficiências mentais e suas respectivas famílias junto à comunidade.

O projeto da Catequese Especial, ao longo dos anos, foi mostrando resultados satisfatórios e condizentes com as propostas iniciais. O propósito era a evangelização dos portadores de deficiências mentais e acredita-se que este objetivo tenha sido alcançado. Como decorrência desse processo, parece realizar-se, em graus variados, a inclusão desses portadores junto à comunidade, embora essa inclusão ainda seja muito relativa, pois não há um acompanhamento externo desses portadores de deficiência, na sociedade mais ampla, uma vez que tal iniciativa parece não ser uma tarefa intrínseca somente à Igreja.

Não foram coletadas informações a respeito do desempenho dessas crianças e adolescentes na escola que frequentam. Contudo, relatos dizem respeito a uma melhora no processo de socialização. Trata-se de depoimentos de pessoas envolvidas com o trabalho na comunidade, como padres, catequistas, e dos próprios pais, testemunhando relativos progressos de seus filhos, observados na vivência do lar.

Dessa forma, vê-se que o projeto da Catequese Especial pode ser avaliado como uma manifestação de grande interesse da Igreja, dentro de uma abordagem muito própria, por contribuir para o debate e a realização da inclusão dos portadores de deficiências.

Considerações Finais

Na discussão sobre os reais alcances da Catequese Especial como uma tentativa de inclusão de portadores de deficiência mental na comunidade religiosa a pergunta a ser feita é: esse projeto, tal como foi apresentado realmente cumpre os objetivos de inclusão propostos nas discussões sobre as políticas inclusivas?

Acredita-se que a primeira questão a ser problematizada diz respeito ao esclarecimento sobre o conceito de deficiência que abrange a clientela estudada, formada majoritariamente por portadores de deficiências mentais, sendo que alguns apresentam dupla deficiência. É sabido que o trabalho com pessoas que, em maior ou menor grau, possuem comprometimento em suas capacidades intelectivas requer acompanhamento especializado. No contexto da catequização, esse fator parece não influenciar na assimilação de conteúdos e práticas, possibilitando-lhes cumprir as etapas propostas pelo projeto.

É importante ressaltar que a Catequese Especial, até os dias de hoje, vem atendendo aos portadores de deficiência mental com trabalho voluntário, cumprindo apenas uma das tantas etapas para a inclusão dos portadores de deficiência junto à sociedade local.

Percebe-se, também, que na Catequese Especial, não são somente valores religiosos que os catequizandos assimilam, mas valores morais e éticos, aprendendo a respeitar as pessoas, a entender mensagens transmitidas pelo arcebispo, pároco, catequistas, ministros, seminaristas e, de um modo geral, pelas pessoas da comunidade na qual estão inseridos.

Assim, a Catequese Especial vem contribuindo com as mudanças que estão ocorrendo dentro da religião. A pedagogia oferecida é adequada de forma a preparar os alunos especiais para que recebam os sacramentos da Eucaristia, Crisma ou Confirmação. Como importante contribuição ressalta-se que foi construída uma rampa de acesso na Catedral, local onde é realizada a Catequese Especial.

São muitos os argumentos positivos referentes à Catequese Especial por parte de pais, professores, catequistas, padres, e dos próprios catequizandos. Os pais, em seus relatos afirmam acreditar que a Catequese Especial é muito importante para a vida de seus filhos, porque lhes oferece a oportunidade de conhecer mais sobre a religião, aprofundar a fé, ter acesso aos sacramentos, além da inclusão na comunidade e da socialização; garantem que os filhos aguardam ansiosos o dia de participarem da catequese e que isso traz inúmeros benefícios para suas vidas, no relacionamento pessoal ou na organização dos afazeres cotidianos, a partir de visíveis melhoras no comportamento dos adolescentes.

Os professores afirmam que os alunos que participam da Catequese Especial, paulatinamente conseguem um maior desenvolvimento na escola, tornam-se mais propensos às aprendizagens e há uma melhora na parte afetiva, bem como no relacionamento com os professores e demais colegas.

Os catequistas dizem que observaram uma mudança de postura nos encontros e em participações nas cerimônias religiosas e outras, no decorrer do ano litúrgico. Os alunos compreendem, assimilam, interiorizam e transmitem o seu aprendizado. Há mudanças de hábitos e comportamentos dos catequizandos em relação aos próprios catequistas, aos familiares e à comunidade como um todo. Os próprios catequizandos relataram que gostaram muito de participar da Catequese Especial, pois aprenderam coisas novas a respeito da religião.

Dessa forma, discutir a inclusão via “Catequese Especial” requer levantar outras questões, como indagar se a inclusão realizada pela igreja é aquela pensada nos moldes discutidos pelos autores específicos, isto é, se ocorre uma inclusão no sentido que estes propõem a partir dos referenciais acadêmicos.

Constata-se que a inclusão realizada na Igreja está inserida nas propostas discutidas pelos autores estudados, pois a comunidade preocupada com a evangelização e transmissão de valores éticos, morais e religiosos debate e participa da formulação de propostas inclusivas.

Acredita-se também que não existe no interior da comunidade, a segregação entendida nos moldes propostos por Omote (1999), que define o estado segregativo como o abandono total dos portadores de deficiências em espaços confinados e sem nenhum direito à vida.

A Catequese Especial, embora se realize somente com os portadores de deficiências, não se coloca numa posição de atividade segregada no interior da comunidade, na medida em que é possível aos catequizandos especiais integrarem-se junto aos demais, além de serem admitidos como membros participantes ativos da comunidade, onde cultuam sua fé, participam dos encontros, das cerimônias religiosas e das demais atividades.

Assim, pensa-se que a Catequese Especial favorece a inclusão, pois oferece condições de interação no espaço formal da Igreja, delimitando direitos e deveres e proporcionando incentivos para os processos inclusivos, oferecendo aos portadores de deficiências oportunidades para assumirem outras posturas, que não a “típica” do papel de deficiente.

Em relação à questão do preconceito, nos parâmetros definidos por Amaral (1995, p. 43) como uma “atitude favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, anterior a qualquer conhecimento”, percebeu-se um relativo preconceito, expresso por um certo estado de estranhamento das pessoas, em relação aos portadores de deficiência. Porém, esse estranhamento não se caracteriza por manifestações excludentes mas ao que parece, é motivado pelo desconhecimento que acomete a população em geral, sobre as deficiências mentais.

Por esse motivo, sugere-se a possibilidade de discutir os processos inclusivos realizados pela comunidade a partir da ótica proposta por Mantoan (1997), que afirma que a inclusão deve mobilizar a sociedade como um todo na busca de procedimentos e práticas para a sua total realização.

Um outro ponto a observar é o efetivo resultado das propostas inclusivas realizadas pelas Igrejas, instituições cujas especificidades se traduzem em preocupações de fundo espiritual, como a transmissão de valores éticos e morais de suas específicas doutrinas, sendo, portanto, instituições que não se caracterizam como espaços de práticas reivindicatórias e pressão junto aos poderes públicos. Porém, como a inclusão é um problema mais político do que espiritual, qual seria o alcance das iniciativas propostas pelas Igrejas?

Pode-se questionar se os processos inclusivos proporcionados pelas Igrejas não seriam apenas mecanismos de integração dos portadores de deficiências mentais, e portanto não se configurariam como projetos de inclusão? Ou que a possível inclusão proporcionada pelas Igrejas seja a inclusão relativa, possível de se realizar apenas num espaço limitado de atuação como o de uma instituição religiosa?

Dessa forma, afirma-se que as instituições comprometidas com os valores de uma sociedade justa e inclusiva devem ser as mais diversificadas possíveis. A inclusão é algo que diz respeito aos religiosos, aos humanistas e aos agnósticos. A Catequese Especial, como um movimento social, está atendendo algumas necessidades da comunidade que aceitou debater a inclusão em seu interior e propor ações de realizá-la. Trata-se de um grande passo, mas a jornada é longa e não se fará sem o apoio dos demais segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo: Probel, 1995.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave Maria, 1997.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Paulinas, 1993.

CIÊNCIA E FÉ. Disponível em <http://www.cienciaefe.org.br/jornal/ed78/mt04.htm> Acesso em 27 out. 2008.

CNBB. **Diretório Nacional de Catequese**. São Paulo: Paulinas, 1998.

COELHO, E. F. e SANT'ANNA, M. M. M. **Uma alternativa de atendimento ao deficiente mental adulto**. PML / SSPS / SEPLAN. 1988.

FÉ E LUZ – Brasil. Disponível em < <http://feeluz.org/> > Acesso em 13 abr. 2007

L' OSSERVATORE ROMANO. Congreso sobre la Familia y la Integración Social de Niños Discapacitados. n. 4, 2000.

LIVORATTI, M. S. D. C. e MARQUEZINE, M. C. **A posição de padres e pastores cristãos do município de Londrina sobre a deficiência mental**. 1997. monografia (aperfeiçoamento/especialização em educação especial-deficiência mental) - Universidade Estadual de Londrina.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, editora SENAC, 1997.

OMOTE, S. Normalização, Integração, Inclusão. **Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Catarina**. n. 7, v. 29, 1999.– Educação Especial). Florianópolis: NUP / CED.

SANTOS, M L. e JANUÁRIO, R. A. Participação do Movimento Fé e Luz no 39º. Encontro Estadual das APAEs do Paraná – Espiritualidade no Movimento Fé e Luz. In M. A. Almeida (Org.). **Anais do 39º Encontro das APAEs do Paraná**, 113 – 120, 2000. Bela Vista do Paraíso.